

15.novembro.2018 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Professores Contratados de Técnicas Especiais – Escola Artística António Arroio

Recebidos por: Alexandre Quintanilha (Presidente da Comissão) Álvaro Batista (PSD) Porfírio Silva (PS), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP).

Assunto: [Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.ª](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2019

Exposição: O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha (PS) cumprimentou a delegação e informou dos tempos fixados para a audiência.

O Senhor Professor António do Rosário informou que a Escola Artística António Arroio (EAAA) e a Escola de Soares dos Reis (ESR) são as únicas escolas públicas que ministram cursos de nível 4 na área artística, sendo assim duas escolas com um carácter “regional”, recebendo alunos de todo o país. O Grupo de Professores que subscreveu o pedido de audiência não compreende, assim, como é que podem ser consideradas necessidades residuais.

Reportou-se, depois ao [Decreto-lei n.º 15/2018, de 07 de março](#), que aprova o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança, estabelecendo um regime de vinculação extraordinária para a música e a dança, desde que reunidos dois requisitos: 3 anos consecutivos de lecionação ou 2 renovações.

Referiu, depois, que no caso dos professores da EAAA as renovações nunca existiram. Todavia, face àquele diploma, têm colegas que vincularam com 3 anos de serviços, enquanto outros não, pretendendo que esta situação fique resolvida. Assim, apelou à possibilidade de aplicação das regras do ano passado, criadas para a música e para a dança, aos professores do ensino artístico.

Terminou, dizendo que se trata de um problema de justiça e de equidade.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) referiu considerar que no quadro atual será difícil satisfazer a pretensão dos docentes, uma vez que o Governo não acata as leis da Assembleia da República. Mencionou, ainda, que o seu Grupo Parlamentar já havia detetado este problema, mas que a sua resolução dependerá exclusivamente da vontade do Governo.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) lembrou os avanços que têm vindo a ser feitos no ensino artístico durante esta legislatura e salientou que o facto de a questão específica ora apresentada

não estar explicitamente contemplada com rubrica própria no orçamento de Estado não é, só por si, impedimento de que ela seja resolvida. Lembrou que houve no ano letivo transato um processo de vinculação extraordinária para estes profissionais que lecionam técnicas especiais nas escolas artísticas, tendo o governo proporcionado as condições para a sua profissionalização, sendo pouco provável que se repitam vinculações extraordinárias todos os anos – precisamente por serem “extraordinárias”. Referiu as circunstâncias próprias destes profissionais, que não têm grupo de recrutamento. Por fim, solicitou informação sobre o número de profissionais que se encontram nesta situação.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que a situação é conhecida e prova disso é que o ano passado houve uma vinculação extraordinária, tendo sido opção do Governo o recurso a um processo extraordinário com vista à vinculação destes professores. Saliou que não é necessário que conste do orçamento de Estado esta matéria para que haja lugar à vinculação. Questionou, também, o número de docentes nestas circunstâncias. Por fim, referiu que o seu Grupo Parlamentar irá acompanhar este assunto.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) relembrou a intervenção do seu Grupo Parlamentar ao nível do Decreto-Lei n.º 15/2018, de 07 de março, e no apoio ao ensino artístico. Apelou, também, à apresentação de documentação que possa contribuir para a resolução do problema, referindo que o período de propostas de alteração à proposta de orçamento de Estado termina no dia seguinte.

O Senhor Professor António do Rosário e a Senhora Professora Luísa Neves prestaram os necessários esclarecimentos, agradecendo aos Senhores Deputados pelas informações prestadas.

Esta audiência foi objeto de gravação áudio, disponível para audição na [página da Comissão na internet](#), o qual constitui parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 15 de novembro de 2018

A assessora
Ágata Leite



Comissão de Educação e Ciência
